

A OBLITERAÇÃO DE ARISTÓTELES NAS REFORMAS POMBALINAS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

RESUMO

Procuramos com este estudo evidenciar como as reformas implementadas pelo Marquês de Pombal no ensino acabaram por relegar para um plano de quase esquecimento o legado filosófico de Aristóteles. Tomando como pontos fulcrais e simbólicos desta análise a publicação do *Compêndio Histórico do Estado da Universidade de Coimbra* (1771) e dos Estatutos que se lhe seguiram (1772), verificamos que a construção propagandística pombalina de pendor antijesuítico aproveitou o debate intelectual que se vinha consolidando sobretudo desde o século XVII, para associar negativamente a figura do Estagirita aos Jesuítas, através do seu ensino de matiz escolástico. Com efeito, desde a revolução científica de Seiscentos que vários cientistas e filósofos vinham destacando as lacunas e o obsoletismo de algumas das teses aristotélicas (nomeadamente a do seu sistema cosmológico), para mostrar a sua desadequação aos avanços dos modernos. A influência que o legado aristotélico teve no contexto medieval e escolástico posterior constitui-se como argumento forte no combate ao edifício pedagógico iniciano, sendo, por isso, repudiado pela política reformista de Pombal.

Palavras-chave: Antiaristotelismo. Reformas da universidade. Marquês de Pombal

THE OBLITERATION OF ARISTOTLES IN THE POMBALINE REFORMS OF THE UNIVERSITY OF COIMBRA

Abstract

With this study, we intend to show how the education reforms implemented by the Marquis of Pombal ended up relegating Aristotle's philosophical legacy to obscurity. Considering the publication of the *Historical Compendium of the State of the University of Coimbra* (1771) and the Statutes that followed it (1772) as the main symbolic points of this analysis, we find that the construction of Pombaline anti-Jesuit propaganda took advantage of the intellectual debate that was being consolidated especially since the 17th century, to negatively associate the figure of the Stagirite with the Jesuits, through their scholastic teachings. Indeed, since the scientific revolution of the 17th century, several scientists and philosophers had been highlighting the omissions and obsolescence of some of the Aristotelian theses (namely the ones related to his cosmological system), to show their inadequacy to the advances of the moderns. The influence that the Aristotelian legacy had in the medieval and later scholastic context is a strong argument in the fight against the Ignatian pedagogical principles, therefore being repudiated by the reformist policy of Pombal.

Keywords: Antiaristotelianism. University reforms. Marquis of Pombal

LA OBLITERACIÓN DE ARISTÓTELES EN LAS REFORMAS POMBALINAS DE LA UNIVERSIDAD DE COIMBRA

Resumen

Buscamos con este estudio evidenciar como las reformas implementadas por Marqués de Pombal en la enseñanza acabaron por relegar a un plan de casi olvido el legado filosófico de Aristóteles. Tomando como puntos principales y simbólicos de este análisis la publicación del *Compêndio Histórico do Estado da Universidade de Coimbra* (1771) y de los Estatutos que le siguieron (1772), verificamos que la construcción propagandística pombalina de carácter anti jesuítico aprovechó el debate intelectual que se venía consolidando sobre todo desde el siglo XVII, para asociar negativamente la figura del Estagirita a los Jesuitas, a través de su enseñanza de matiz escolástica. Con efecto, desde la revolución científica del Seiscientos que varios científicos y filósofos venían señalando las lagunas y el obsoleto de algunas de las tesis aristotélicas (especialmente el de su sistema cosmológico), para mostrar su no adecuado a los avances de los modernos. La influencia que el legado aristotélico tuvo en el contexto medieval y escolástico posterior se constituye como argumento fuerte en el combate al edificio pedagógico ignaciano, siendo, por eso, repudiado por la política reformista de Pombal.

Palabras-claves: Anti aristotelismo. Reformas de la universidad. Marqués de Pombal.

CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES¹

O século XVIII enquadra na sua cronologia alguns dos momentos mais contrastantes da história, muitos deles inspirados pela época quase inebriante que viria a ser apelidada de Iluminismo. Período de afirmação e confronto, as Luzes viriam a modelar o pensamento setecentista com tons nem sempre luminosos, já que com a afirmação radical de um novo valor, o da razão, assente num diferente paradigma filosófico-científico decorrente da revolução científica do século anterior, viria o choque pouco tolerante contra aqueles que se apartassem do ideário emergente, como o confronto entre antigos e modernos, no plano intelectual, ou a assunção de regimes absolutistas, no plano político, o ilustram. No caso português, o reinado de D. José I, marcado pela ação robusta do seu ministro Sebastião José de Carvalho e Melo, acaba por abarcar uma parte significativa das Luzes, justificada grandemente pelas reformas que se implementaram nos vinte e sete anos de governação josefina. Jorge Borges de Macedo caracteriza o país desta época, considerando quatro momentos essenciais que traçam as preocupações coevas e determinam a orientação política das medidas que se procuram pôr em marcha:

- 1) 1750-1760: nesta fase, são mais salientes os problemas de organização estadual, de organização comercial e de produção agrícola comerciável;
- 2) 1760-1764: este período revela uma maior preocupação com as reformas do foro militar;
- 3) 1764-1770: durante estes anos procura-se acentuar alguns privilégios mercantis e, ao mesmo tempo, tornar a cobrança de impostos mais eficiente, na sequência da crise económica;
- 4) 1770-1777: este último período caracteriza-se pelas reformas na área do ensino e da indústria (Macedo, 1982, p. 20).

Nesta conjuntura, o impacto político da receção de Aristóteles em Portugal viria a ter maior relevância sobretudo nos últimos anos do reinado de D. José, que incluem a reforma da Universidade de Coimbra com a aprovação de novos Estatutos em 1772. Contudo, não

poderemos perceber como foi depreciada esta figura maior da Antiguidade, que acaba por ser *banida* da academia e dos estudos em geral, sem enquadrarmos a sua receção no século XVIII, ainda que em linhas muito genéricas. Não será de estranhar, tendo em conta o avanço científico dos dois séculos precedentes, onde as doutrinas de Copérnico, a supernova de Tycho Brahe ou as descobertas de Galileu, para citar apenas alguns, colocaram eu causa a solidez dos paradigmas ptolemaico e aristotélico, que a desconfiança relativamente ao sistema cosmológico do Estagirita acabaria por se instalar de forma proeminente. Na sequência destas novas conquistas, a linguagem matemática desponta como chave de leitura da natureza e potencia os vários mecanicismos daí resultantes, como o galileano ou o cartesiano o atestam. As teses dadas anteriormente como adquiridas veem as suas fundações abaladas e a necessidade de prova empírica surge como um fator determinante na validação dos dados recebidos. O próprio conhecimento em si passa a ser o objeto fundamental da reflexão filosófica, no sentido de se procurar perceber como é que é adquirido e validado, distinguindo o ilusório do real e prevenindo o homem de cair em erro. Neste caminho, encontram-se, entre outros, Descartes e Locke, que se distanciam quanto ao seu modelo de razão e quanto à ponderação da importância da experiência para a aquisição do conhecimento. Une-os, contudo, a afirmação da razão como elemento distinto e essencial nesse processo.

O século XVIII surge, pois, como um século de síntese e consolidação de valores, essencialmente avesso à ideia de uma autoridade instalada acriticamente e ao saber puramente livresco, que teria no legado antecedente das *Escolas* o seu maior representante. O debate entre antigos e modernos delinea-se em discursos nem sempre coerentes e por vezes pouco problematizantes, que por um lado procuram expor o obsoletismo dos textos antigos e escolásticos, por outro não deixam de ser ecléticos ao reconhecer algum do seu valor, como acontece no caso de Aristóteles de que nos ocupamos neste artigo. No contexto específico português, distinguimos ao longo do século XVIII duas posturas discursivas diversas, mas complementares, das leituras negativas que se fizeram do legado do filósofo grego, a saber:

1) uma atitude prévia à segunda, que se caracteriza por uma tentativa de leitura mais crítica das obras do Estagirita e dos seus intérpretes posteriores. Inserem-se neste grupo os contributos de Manuel de Azevedo Fortes, João Baptista, Luís António Verney, Teodoro de Almeida, entre outros. O teor destas obras é marcadamente filosófico, científico e pedagógico, com uma finalidade acentuada de perseguir o verdadeiro conhecimento, liberto de qualquer autoridade.

2) uma outra atitude, mais radical e polemista, que agudiza a discussão precedente e a usa para fins políticos, já no reinado de D. José I. A linguagem torna-se cáustica e agressiva na identificação de uma causa única para todos os malefícios do país – os Jesuítas –, que transporta para a sua esfera a influência que a filosofia de pendor aristotélico-escolástico terá exercido na construção do edifício pedagógico da própria Companhia. Com efeito, a propaganda pombalina fez do debate intelectual uma bandeira ideológica que permitiu legitimar grande parte das medidas orientadas para a erradicação daqueles que entendiam estar na origem da crise de Portugal e, com eles, o que lhe pudesse estar associado, mesmo que de forma simbólica.

Identificamos, porém, três linhas de leitura que atravessam estas duas atitudes e que são usadas genericamente como argumento contra a utilidade de se conservar os estudos aristotélicos e que vão ao encontro do espírito racionalista que o Iluminismo viria a consagrar. Em primeiro lugar, lembravam os autores setecentistas que a tradição manuscrita do *corpus* aristotélico e a sua transmissão através das traduções árabes tornariam os seus testemunhos bastante obscuros; além do mais, em consequência das descobertas científicas que se confirmavam, o pensamento aristotélico tornar-se-ia já bastante obsoleto e desadequado para um pensador do século XVIII; finalmente, as interpretações e métodos escolásticos de disputa e comentário, que engrossaram as bibliotecas impregnando o legado do filósofo antigo, já de si críptico, com subtilezas desnecessárias,

agravaram a dificuldade do texto e perverteram até o seu sentido original. Estas motivações levariam a uma perspectiva bastante negativa de Aristóteles que seria transposta para a propaganda pombalina como argumento contra o Inacianos, a fim de derrubar uma das suas maiores instituições, como o era a sua rede mundial de colégios. Neste sentido, as reformas no ensino levadas a cabo pelo Marquês de Pombal marcariam simbolicamente a expulsão da influência dos Jesuítas em Portugal e, com ela, a obliteração de Aristóteles na academia e nos demais estudos.

A RUÍNA DOS ESTUDOS EM PORTUGAL

O impacto que a propaganda antijesuítica teve na legitimação das decisões do Marquês foi, de facto, determinante. A necessidade de reformar profundamente todos os sectores da vida do país torna-se cada vez mais concreta quando se identifica o fator e a sua linha de ação. Ao eleger os Jesuítas como bode expiatório do estado depauperado de Portugal, Sebastião José justifica não só a sua expulsão, mas também a intervenção do Estado em todos os níveis em que os Padres tivessem alegadamente agido de forma nociva. Sendo a Companhia de Jesus uma ordem religiosa, a interferência do rei em assuntos tradicionalmente tratados pela Igreja concretiza-se e pode ser atestada desde logo pela secularização da Real Mesa Censória, que passa a certificar doutrinariamente todos os livros, incluindo os de teor teológico. É certo que, que o papel dos teólogos é salvaguardado no novo *Regimento* (1768), mas o ramo forte da administração do recém-criado sistema censório não deixa de ser secular.

A imagem diabolizante dos Inacianos, analisada por José Eduardo Franco na sua tese de doutoramento publicada em dois volumes (Franco, 2006-2007), e o carácter lúgubre com que é descrito Portugal impelem a emergência de medidas eficazes e inovadoras. Uma das obras mais emblemáticas da propaganda patrocinada por Pombal é a *Dedução Cronológica e Analítica* (1767-1768), que viria a marcar a historiografia portuguesa, encetando uma leitura dicotómica do passado, onde teria havido um período áureo e um nefasto, que corresponderiam precisamente ao tempo anterior e

posterior à entrada dos Padres da Companhia no país, respetivamente. Com efeito, a *Dedução Cronológica e Analítica* agudizou e consolidou a retórica antijesuítica, procurando legitimar, oito anos depois, não só a expulsão de uma das principais ordens religiosas, mas também as reestruturações que daí decorreram e que usaram como pretexto a anulação dos ditos estratagemas daqueles padres. Neste testemunho, que passou a ser citado nos proémios da maioria das leis que se lhe sucederam, uma das principais acusações dirigida contra os Jesuítas reside na divulgação e inculcação da “crassa ignorância” por parte destes, como estratégia reiterada para a manipulação das mentes, tornando-se, assim, imperiosa a reconfiguração de todos os organismos responsáveis pela circulação do conhecimento, como eram os da censura e do ensino. Desta forma, as reformas das escolas são fruto do ideário político da época, como não poderia deixar de ser em qualquer quadro histórico, e é neste contexto que nos parece de particular pertinência seguir o rasto da filosofia aristotélica.²

Uma primeira medida legislativa decisiva para a desjesuitização do ensino foi o encerramento dos estudos entregues à Companhia, pela lei de 28 de junho de 1759, antecedendo em poucos meses a expulsão da Ordem. Nas palavras de D. José I:

Sou servido privar inteira, e absolutamente os mesmos Religiosos em todos os meus Reinos, e Dominios dos Estudos de que os tinha mandado suspender: Para que do dia da publicação deste em diante se hajaõ, como effectivamente Hey, por extinctas todas as Classe, e Escolas, que com taõ perniciosos, e funestos effeitos lhes foraõ confiadas aos oppostos fins da instrucção, e da edificação dos meus fiéis Vassallos [...]. Sou servido da mesma sorte ordenar, como por este ordeno, que no ensino das Classes, e no estudo das Letras Humanas haja huma geral refórma, mediante a qual se restitua o Methodo antigo, reduzido aos termos simples, claros, e de maior facilidade, que se pratica actualmente pelas Naçoens polidas da Europa [...]. (“Ley, e instruccoens para os estudos”, 1771, p. 3 da lei)

As novas instruções para as escolas menores, emanadas desta lei, implicaram a proibição dos livros de divulgação global usados ou escritos pelos Jesuítas nas suas aulas (desde a célebre gramática latina de Manuel Álvares às obras de António Franco, João Nunes Freire, José Soares, etc.), sendo o método antigo mencionado neste trecho correspondente àquele que se praticava antes da entrada dos Inacianos, em 1540. A par disto, foi criada a Direção Geral dos Estudos³, que, além de outras funções administrativas, tinha como tarefa reportar ao rei todas as situações em que um determinado professor não estivesse a cumprir o regulamento aprovado⁴, no sentido de discordar da doutrina vigente. A procura de uma harmonia geral, como pretendia o rei, ao invés dos debates letivos, tidos como negativos, mascara um estrangulamento do pensamento crítico, incutido logo nas idades mais jovens⁵.

Na reestruturação dos estudos menores, ressalta a ausência de Aristóteles e da filosofia escolástica nele inspirada. Na verdade, o Estagirita é referido apenas como autor a considerar nas aulas de retórica, e mesmo aí, a par de outros autores antigos, não deve ser aprofundado pelos professores, surgindo como uma espécie de modelo muito introdutório para o estudo daquela disciplina. A herança latina é preferida à grega, com realce para Quintiliano, Cícero ou Tito Lívio⁶.

Os estudos universitários conheceriam, por sua vez, uma reforma estruturante em 1772, com a aprovação dos novos Estatutos da Universidade de Coimbra, antecedida pela publicação do *Compêndio Histórico do Estado da Universidade de Coimbra*, de 1771, elaborado pela Junta de Providência Literária criada para o efeito⁷. A motivação que espoleta a necessidade de uma nova Junta prende-se com a afirmação de uma idade dourada e intelectualmente profícua, que se localiza especificamente antes do ano de 1555, data que representa a tomada do Colégio das Artes de Coimbra pelos Jesuítas⁸. Este momento pontual marca o início de um processo letivo que resultaria na formação de jovens ineptos e ignorantes. Neste sentido, o *Compêndio* constitui-se como um relatório que procura analisar o estado da Universidade e as causas da decadência do ensino universitário, mas cujo resultado está, à partida,

viciado, na medida em que se conhece a conclusão, ao ser logo enunciada na carta de lei que cria a própria Junta Literária e antecede o exame historiográfico dos seus membros. Avalia-se a situação da Universidade de Coimbra a partir de uma premissa parcial e qualificativa, que consiste na afirmação de que o ensino superior está deplorável e isso se deve à ação dos Jesuítas desde 1555. O papel aparentemente isento e rigoroso da Junta redundava em certo artificialismo, que servirá para engrossar o mito negro dos Jesuítas em Portugal. Em perfeita sintonia, responde a própria Junta ao pedido enunciado pelo rei (feito lei no momento da criação daquela), em 28 de agosto de 1771, quando é apresentada a estrutura do *Compêndio* e as opções tomadas, nomeadamente na seleção das ciências que serão escrutinadas, concluindo-se que nada dos anteriores estudos pode ser aproveitado para a reforma da universidade, afirmando-se a irremediável necessidade de reforma radical:

Muito pelo contrário se contém neles um doloso sistema de ignorância artificial e de impossibilidade para se aprenderem as mesmas ciências, que se fingiu quererem-se ensinar e uma oficina perniciososa, cujas máquinas ficaram desde então sinistramente laborando para obstruírem todas as luzes naturais dos felizes engenhos portugueses. (Junta de Providência Literária, 2008, p. 102).

O relato da Junta Literária “representa a primeira denúncia oficial, extremamente violenta, da decadência a que chegou, já na segunda metade do século XVIII, a Universidade portuguesa”, como refere Manuel Ferreira Patrício na sua apresentação à edição do *Compêndio* (Junta de Providência Literária, 2008, p. 7). O mesmo autor alerta para a disposição elementar dos argumentos pombalinos, que consiste muito simplesmente em afirmar dois tópicos fundamentais: todos os estragos da Universidade de Coimbra têm origem nos sextos e sétimos estatutos, promulgados sob a influência dos Jesuítas, e todos os males de Portugal acabam por ter a mesma origem. O campo semântico desta obra reflete, assim, uma retórica de contraste que se baseia na visão dicotômica observada em outros textos da época, que

opõe duas imagens em antítese – de um lado, surgem os Jesuítas, conotados negativamente pela propaganda pombalina, do outro, surge a Europa como farol luminoso de progresso e meta a atingir pelas reformas do ministro de D. José⁹. A figura de Aristóteles marca a sua presença no reverso sombrio da medalha, ao ser associada aos Jesuítas como mentor remoto e inspirador de toda a sua filosofia escolástica.

Numa perspetiva mais genérica, notamos que a chancela da filosofia aristotélica e escolástica serve para fundamentar a degradação dos estudos e recusar qualquer hipótese de aproveitamento da tradição letiva dos Jesuítas. Logo na primeira parte, onde os relatores levam a cabo uma análise diacrónica da Universidade, plasmando o estilo da *Dedução Cronológica e Analítica*, se afirma que a ruína da teologia se deve aos estragos advindos da introdução da “Filosofia Árabe-Aristotélica e a Teologia Escolástico-Peripatética” nessa matéria; a falência da jurisprudência canónica e civil deve-se, entre outros aspetos, à veiculação de uma “Metafísica errónea” e ao desconhecimento da “verdadeira Lógica”; por fim, o grande mal da medicina à época foi o facto de se ter baseado na “venenosa raiz da Física Escolástica” (Junta de Providência Literária, 2008, pp. 100-102). A conclusão não pode ser outra que não a total obliteração destes métodos e conteúdos, suprimindo por contágio toda a filosofia de Aristóteles do ensino universitário.

As maquinações dos Jesuítas são descritas ao longo de quatro prelúdios que compõem a primeira parte do *Compêndio* e apresentam a sua versão da história da Universidade de Coimbra, culminado na síntese enumerada em três estratégias jesuíticas, que se apresentam no último prelúdio e encerram o circuito imagético da Companhia de Jesus. Importa-nos aqui recuperar sucintamente estes “estratégias”, na medida em que a diabolização dos Inacianos se transfere naturalmente para as suas esferas de ação, o que tornará mais saliente a figura negativa do próprio Aristóteles e a consequente refutação do seu pensamento. O primeiro estratégia tinha como objetivo vedar Portugal do conhecimento que se produzia fora país, mediante a construção de uma imagem perversa dos estrangeiros, desencora-

jando a saída de estudantes para outras universidades europeias. Esta política obstrutiva dos Jesuítas ia contra a prática corrente dos monarcas portugueses, que enviavam os seus vassallos para aprenderem e regressarem com as novidades do que se fazia além-fronteiras. A comunicação científica internacional é aqui tida como um ponto fulcral para o avanço do país, que terá sido coartado pelos inimigos do Estado. O segundo estratagema recupera uma das máximas descritas no texto dos *Erros Ímpios e Sediciosos*, posto a circular em 1759, e consistia na difamação de pessoas que se opunham às decisões dos Jesuítas, o que levou a uma divisão do país e a uma releitura da história à luz dos objetivos daqueles. Segundo os autores do *Compêndio*, eles “revolveram a História e propagaram ao mesmo tempo a calúnia, e a sedição em todo o Portugal” (Junta de Providência Literária, 2008, p. 152). Por último, surge o estratagema que coroa a paleta de maquinacões jesuíticas e que se centra na corrupção da Universidade de Coimbra pela publicação de novos estatutos em 1598¹⁰, abrindo-se assim o caminho para a análise detalhada por parte dos próprios compendiadores, que veem a sua atuação novamente legitimada pela necessidade premente de fiscalização e aferição do estado em que se encontrava aquela instituição.

A segunda parte do texto em apreço particulariza-se e debruça-se sobre o exame mais pormenorizado das quatro ciências maiores, como são a teologia, a jurisprudência civil e canónica e a medicina. No que respeita concretamente à filosofia de Aristóteles, esta é recusada como um todo sobretudo no capítulo que avalia os estragos da teologia e que tomaremos como exemplo neste artigo. Com efeito, constitui logo o primeiro estrago e impedimento deste saber, em paralelo com a teologia de timbre peripatético-escolástico, que corrompeu os estudos desde a Idade Média. A expressividade das palavras dos autores pombalinos é inequívoca e não deixa margem para dúvidas – a filosofia aristotélica é a raiz da ruína dos estudos teológicos:

Ninguém ignora os estragos que o fim do século XI por diante fez na mesma ciência o estudo da Filosofia Árábico-Aristotélica, e que tendo os Pontífices, os Bispos e muitos

varões santos e doutos, procurado evitá-lo ou moderá-lo pelos males que dele se originavam à Teologia, de nenhum modo puderam coibir o ímpeto da maior parte dos escolásticos, os quais, cheios de estro de disputar, que lhes infundia o estudo desta bárbara Filosofia, desprezaram a lição da Escritura, da Tradição, dos Concílios, dos Padres da História Eclesiástica, e de tudo quanto podia servir para ilustrar e ornar a Teologia. Ocuparam-se não só em confundir e misturar os princípios de ambas estas ciências [da Filosofia e da Teologia], em tratar questões subtis, abstractas e inúteis, em entender a liberdade de opinar nas matérias teológicas a mais amplos limites, em disputar, por uma e outra parte, à maneira dos académicos, em se dividirem com opiniões e feitas, e em encherem as escolas de contendas, de disputas, e rixas, mas igualmente, em fazer por este modo de ensinar a Teologia (desconhecido na Igreja até aqueles tempos) o estudo desta divina ciência inútil para os seus necessários e importantes fins. (Junta de Providência Literária, 2008, pp. 173-174)

Note-se que, além de introduzirem a filosofia de Aristóteles, os escolásticos misturaram a teologia e a filosofia, tornando a primeira disputativa e desprezando o estudo das fontes fundamentais. Esta atitude terá levado a uma tal obsessão pelo filósofo grego, que não permitia a manutenção de qualquer vestígio daquela forma de ensinar a teologia, uma vez que o correto método implicaria sempre a recuperação das Sagradas Leituras e da tradição eclesiástica, recentrando-se o foco de análise nestes aspetos basilares. Podemos concluir, pela descrição da ruína a que chegou a prática letiva da teologia, que a tradição dos textos aristotélicos e a sua difusão na Europa iniciou e acompanhou a corrupção destes estudos, como se de uma infiltração se tratasse e da qual ninguém se livrou em Portugal até à inevitável reforma da universidade que Pombal patrocinaria.

O peso da mão dos Jesuítas revela-se de forma imponente na aprovação de estatutos onde se escolheram

autores escolásticos completamente impregnados de Aristóteles e, por isso, viciados na sua essência. Neste sentido, o sétimo e último estrago¹¹ apresenta como causa o critério de seleção de autores recomendados nos Estatutos de 1598, que estariam em sintonia com o plano de dominação dos padres, desvelando-se assim a sua premeditação maquiavélica ao instituírem uma norma corrosiva de forma consciente e reiterada. Os teólogos propostos como autores a considerar naqueles estatutos são descritos no *Compêndio* como homens vítimas do seu tempo (e.g. Pedro Lombardo, São Tomás de Aquino, Escoto, etc.), que procuraram estudar diligentemente a teologia, mas acabaram por se embrenhar no logro que a descoberta dos textos aristotélicos provocou (ao contrário dos Jesuítas, que são sempre tidos como maquinadores e, por isso, cientes das suas decisões). Seguindo uma linha cronológica, o primeiro autor nomeado é Pedro Lombardo. Apesar de ter florescido em pleno século XII, “quando já a Filosofia de Aristóteles tinha implicado a Teologia” (Junta de Providência Literária, 2008, p. 195), tentou compor um compêndio fundado nas fontes teológicas, que servisse de suporte para o estudo da disciplina. Sendo moderado no uso da filosofia aristotélica, não deixou, porém, de introduzir temas filosóficos disputativos e expressões confusas, tendo disposto os seus textos de forma desordenada. Pior do que ele, foram os escolásticos que se lhe seguiram e o tomaram como alicerce das suas disputas, em detrimento da leitura direta das Escrituras:

Eles se achavam ocupados todos do gosto das novidades e subtilezas aristotélicas, por isso, persuadidos de que não satisfariam dignamente às funções de intérpretes se não indagassem todos os escaninhos das questões que propunha *Pedro Lombardo* e excogitassem outras novas até ali não ouvidas, não se cansaram em procurar Passagens da Escritura e dos Padres para mais ilustrar e fundar as Sentenças de *Pedro Lombardo*, mas sim em consultar Aristóteles e extrair dos seus princípios e axiomas as razões e fundamentos para confirmar as resoluções de *Pedro Lombardo* e decidir as questões que novamente excitavam. (Junta de Providência Literária, 2008, p. 196)

Desta nova postura, já obsessiva em relação a um autor específico, resulta tornar-se “Aristóteles o Oráculo e Órgão das decisões teológicas” (Junta de Providência Literária, 2008, p. 197). Repare-se no peso simbólico do filósofo grego, que como que se substituiu ao próprio Deus cristão, ao ser preferida a sua obra à leitura da palavra divina, centralizando-se assim o debate teológico naquela corrente de pensamento e não na herança dos textos sagrados.

São Tomás de Aquino e Duns Escoto aparecem como mentores de duas escolas filosóficas cuja maior debilidade consiste em disputarem elementos da filosofia aristotélica, mesmo que discordantes. São Tomás percebeu o abuso que se fazia da “Filosofia Árabe-Aristotélica” e tentou emendar esse erro com a sua *Summa Theologica*. Todavia, ainda que sobejamente douto e perspicaz, sucumbiu à mesma filosofia ao tentar usar e explicar termos exclusivos daquele contexto. Como aconteceu com Pedro Lombardo, os seus discípulos foram como que vítimas da sua época, uma vez que “a Filosofia Aristotélica tinha já lançado profundas raízes na Teologia e, não sendo o século capaz de usar dela com a sobriedade e moderação que o Santo Tomás havia praticado, procurou-se imitá-lo mais no uso dos princípios Filosóficos do que dos revelados” (Junta de Providência Literária, 2008, p. 198). Pior do que Tomás de Aquino, foi Duns Escoto, que, ao tentar contrariar o primeiro, usou de subtilezas tiradas dos “princípios Árabe-Aristotélicos”, dando origem a uma outra escola, oposta à de São Tomás. Os discípulos de ambos os mestres mais não fizeram do que disputar questões vãs, contribuindo para uma outra divisão: Guilherme de Ockham, que se afasta de Escoto, e Durando, que se aparta de Tomás de Aquino. Neste sentido, concluem os autores do *Compêndio*, o panorama medievo da teologia resume-se simplisticamente às discussões entre tomistas, escotistas, nominalistas e realistas, sendo a disciplina nada mais do que uma teologia “Escolástico-Peripatética, Teologia disputadora e guerreira” (Junta de Providência Literária, 2008, p. 201).

A alegada não diferenciação destes autores e das suas obras defendida pelos Jesuítas e feita regra pelos Estatutos de 1598 levou à exaltação da autoridade em detri-

mento do pensamento crítico. A ruína dos estudos de teologia consiste no afastamento da raiz dessa ciência e na substituição dessa origem por uma falsa, seja ela a própria filosofia aristotélica, seja a que dela procedeu e se agigantou.

O ESQUECIMENTO DE ARISTÓTELES NOS NOVOS ESTATUTOS DA UNIVERSIDADE

Se o *Compêndio* constitui o relatório que intenta provar a falência do ensino jesuíta e a conseqüente corrupção da Universidade de Coimbra, os Estatutos reformados e aprovados em 1772 concretizam essa apreciação ao estabelecerem novos preceitos e ao limparem a academia daquilo que, no entender da propaganda pombalina, impedia o desenvolvimento das ciências em Portugal. Foi a mesma Junta de Providência Literária que preparou e publicou os *Estatutos Compilados debaixo da Immediata e Suprema Inspeção de El Rei D. José I. Nosso Senhor*, como esclarece o título da publicação.

Divididos em três volumes, os *Estatutos* reconfiguram o panorama da universidade, começando pela teologia, seguindo com a jurisprudência canônica e civil e terminando na filosofia, sendo esta última faculdade uma nova criação no âmbito dos estudos maiores, de onde se retira (ironicamente) a herança antiga. Pese embora o significado relevante da modernização dos estudos¹², importa-nos demonstrar apenas a maneira como foi tratada e recebida a filosofia aristotélica no meio acadêmico, sobretudo num documento oficial da maior importância como são os novos estatutos de uma universidade.

À semelhança da perspectiva com que acabámos de analisar o *Compêndio*, vemos que a filosofia de Aristóteles, genericamente entendida, é repudiada em diversos momentos, nomeadamente no texto sobre o curso de teologia. Em perfeita sintonia com o que havia sido descrito e avaliado no exame da Junta em 1771, há uma recuperação da retórica acerca do estado em que se encontrava esta ciência, arruinada pelos ditos Estatutos de 1598, renovados em 1612. Estes mesmos regulamentos são depreciados pelo rei, que, na carta de corrobora-

ção das novas regras, esclarece que aquelas normas anteriores:

[...] constituíram hum notorio Systema de ignorancia artificial; e hum Agregado de impedimentos dirigidos a impossibilitarem o progresso dos mesmos Estudos, que com inaudito dólo se simulou, que se procuravam promover: E Tendo claramente visto, e ponderado tudo o referido: Por me pertencer como Rei, e Senhor Soberano, que na Temporalidade não reconhece na Terra Superior; como Protector da sobredita Universidade; e como Supremo Magistrado; remover dos Meus fieis Vassallos a intoleravel oppressão de huma tão injuriosa, e prejudicial ignorancia; e facilitar-lhes (quanto possivel for) os meios de serem restituídos á quasi posse das Artes Liberaes, e das Sciencias, de que foram temerariamente esbulhados pela sobredita intoleravel oppressão [...]. (Junta de Providência Literária, 1772, l. 1, pp. VI-VII)

Perante tal cenário, D. José vê-se forçado a agir e a aprovar uma reestruturação profunda da Universidade de Coimbra. Logo no título II do primeiro livro, onde são tratadas a duração e disciplinas do curso teológico, verificamos mais uma vez o tema da perniciosidade de Aristóteles e dos seus seguidores, que esqueceram os fundamentos da temática e se perderam em considerações inúteis. Para o monarca, nada mais resta do que proibir formal e perpetuamente aquela linha letiva e de ação que levou à degradação dos estudos teológicos, fazendo eco do exposto anteriormente no *Compêndio*:

Pelo que tudo, desejando Eu que o estudo da Theologia floreaça; e que os Theologos hajam de sahir das Escolas, que são as Officinas dos Ministros da Igreja, com os principios sólidos de tão necessaria Sciencia, e aptos para utilmente se empregarem nos diversos Ministerios Ecclesiasticos: E considerando os funestos estragos, que tem feito na Igreja de Deos, e nestes Meus Reinos, e Senhorios a Theologia Pseudo-Escolastica, Sofistica, ou

Arabico-Peripatetica: Sou servido desterralla perpetuamente das Escolas da Universidade de Coimbra, e de todas as mais dos ditos Meus Reinos, e Senhorios; ou sejam públicas, ou particulares; e ou sejam de Seculares, ou de Regulares. E Mando, que nellas se ensine a verdadeira, e sã Theologia, despida dos vicios, e defeitos da Escola, e toda dirigida ao fim de promover realmente a honra de Deos, e bem das almas; na fôrma establecida pela Carta Encyclica do Santo Padre Clemente XIV¹³, por cujo espirito determino, que seja regulado o Curso Theologico na maneira abaixo declarada. (Junta de Providência Literária, 1772, l. 1, p. 18)

De maneira ainda mais severa e determinativa, vemos o mesmo soberano a promulgar castigos e penas aos que contra ele insistam em ensinar a filosofia escolástica, no contexto dos cursos filosóficos. A qualificação depreciativa da herança antecedente como “arábica”, “peripatética”, “pírronica”, “disputativa”, que converge semântica e sinteticamente na palavra “escolástica”, como vamos encontrando em diversos testemunhos bastante ilustrativos, remete para a tradição dos textos aristotélicos que fundaram o pensamento medievo e influenciaram determinantemente a filosofia das *Escolas*. É por isso que, mesmo quando não é referida concretamente, a imagem de Aristóteles permanece como ressonância nestes escritos, que recordam e evocam uma origem remota e nociva. Assim, tendo como objetivo primeiro reconhecer o papel essencial da filosofia na economia dos estudos universitários e procurando conceder-lhe a dignidade académica merecida, D. José funda a nova faculdade, que se pretende isenta das falácias que antes corromperam aquele saber:

E como os sofismas Arabigos, que com discredito da Razão occupáram por tanto tempo o lugar da Filosofia, tão longe estão de corresponderem a estes grandes objectos, que pelo contrario não tem servido de outra cousa, que não fosse embaraçar os entendimentos, e inficionar os Estudos *Theologicos*, e *Juridicos*; transformando tudo

em logomachias capciosas, e sofisticas; e rematando em hum Pyrrhonismo escuro, vão, e contencioso, que tem produzido tão graves, e funestas consequências; seguindo-se tambem do mesmo fantasma vão da *Filosofia Arabiga* a ruina geral das Artes, as quaes não podem adiantar-se, e promover-se, nem tirar fruto algum de huma Sciencia irrisoria de méras palavras, e inteiramente vazia de conhecimentos fysicos, e verdades certas da natureza: Sou servido abolir, e desterrar não somente da Universidade, mas de todas as Escolas públicas, e particulades, Seculares, e Regulares de todos os Meus Reinos, e Dominios, a *Filosofia Escolastica*, emanada das Lições frivolas, e capciosas dos *Arabes*, debaixo de qualquer nome, ou titulo, com que ella seja denominada: Entendendo-se sempre por *Escolastica* toda aquella, que se compozer de questões quodlibeticas, metafysicas, ababstractas, e inuteis, que com sofismas interminaveis se disputam pela affirmativa, e pela negativa; semelhantes ás que escreveram os Commentadores de *Aristoteles* em qualquer das Seitas, em que se dividiram. E os que contravierem a esta Disposição, além de serem considerados como inimigos do Bem público; e de incorrerem no Meu Real Desagrado; serão para sempre suspensos de ensinar, não sómente a Filosofia, mas outra qualquer Arte, ou Sciencia, e inhabeis para obterem emprego, ou officio algum dos que se costumam dar ás pessoas de Letras. (Junta de Providência Literária, 1772, l. 3, pp. 2-3)

Apesar de extenso, este excerto reúne as acusações recorrentes que se vinham instituindo em vários documentos que suportam estas medidas, nomeadamente a *Dedução Cronológica* e o *Compêndio Histórico*. É de salientar a pena atribuída aos professores que divergissem do exposto, ficando eles arredados de qualquer prática letiva e tidos como inimigos do Estado. Além deste castigo exacerbado, devemos ainda destacar o carácter definitivo e radical de tais prescrições. Antes de mais, o ensino da filosofia escolástica, a par da

tida falsamente como moderna, é abolido de todos os meios letivos, sejam eles públicos, privados, universitários, menores, seculares ou regulares. Na sequência desta primeira medida, os professores que escolhessem autores não autorizados ou que veiculassem qualquer forma de escolasticismo seriam para sempre proscritos e impedidos de voltar à docência. Note-se, mais uma vez, como o peso do Estado se impõe e interfere em todos os círculos da vida pública ou privada das instituições, em consonância, de resto, com a política regalista de Pombal.

A seleção dos autores a divulgar reveste-se, portanto, de uma relevância ímpar, pois garante à partida a boa ou má condução das matérias. Como preceitua o espírito iluminista do século XVIII, dois valores se elevam na escolha destas obras: brevidade com conteúdo “succoso” e atualidade, procurando-se assim evitar a inutilidade de assuntos estéreis e assegurar o bom desenvolvimento dos conteúdos pelo acompanhamento dos progressos científicos. Para um controlo da qualidade do ensino, compete à Junta da Congregação Geral rever anualmente os autores eleitos e aferir da sua adequação ou não adequação aos cursos da recém-criada Faculdade de Filosofia.

Importa fazermos uma ressalva em relação à disciplina de história natural instituída nesta reforma da Universidade de Coimbra e que continuou a conferir espaço aos estudos aristotélicos neste âmbito específico. Com efeito, na descrição das aulas do segundo ano do curso de filosofia, os novos Estatutos referem que o professor de história natural deve começar por instruir os alunos acerca das origens da cadeira, desde Hipócrates a Galeno, passando pelos árabes, sem deixar de mencionar o papel negativo destes para o seu estudo, e terminando com o contributo essencial dos naturalistas modernos. Ainda que não seja aqui referido explicitamente, o Estagirita está incluído no primeiro período temporal a ser considerado pelos lentes de história natural. Na verdade, podemos verificar de forma mais evidente o entusiasmo que ainda se nutria em relação à obra de Aristóteles no testemunho legado nas suas *Memórias* pelo italiano Domingos Vandelli, professor de história natural na Universidade de Coimbra e res-

ponsável pelo Jardim Botânico da mesma cidade. Para Vandelli, seria certo que “a história natural dos animais de Aristóteles há de sempre reputar-se uma obra prima da Antiguidade” (Vandelli, 2003, p. 90)¹⁴.

Torna-se, porém, evidente, pela análise do *Compêndio* e dos novos *Estatutos*, e excluindo o caso particular da história natural, que a figura de Aristóteles, seja ele mencionado ou simplesmente implicado, surge simbolicamente como a origem de um sistema que se pretende combater. À luz do despotismo político de D. José, que concentra o poder no rei e não diferencia vassallos, numa ligação estreita e imediata entre Deus, o monarca e os súbditos, assistimos a um aproveitamento instrumental do debate entre antigos e modernos que vinha animando os palcos académicos e científicos. A transferência desta discussão para o plano reformista do Estado no contexto pedagógico não deixa, porém, de ser expectável, se tivermos em conta a necessidade premente de atualização do conhecimento e instrumentos de aprendizagem. Todavia, a utilização reiterada de um bode expiatório, mediante a personalização de um determinado mal – neste caso os Jesuítas –, revela uma obsessão por tudo o que esse subterfúgio pode representar. A estratégia de desjesuitização do ensino levada a cabo pelo Marquês de Pombal conduziu a um outro extremo, que, ao invés de libertar o pensamento crítico como tanto se defendia, o restringiu e moldou às necessidades de manutenção da ordem no reino. Ainda que se tomem decisões verdadeiramente fulcrais na renovação da universidade (como a inauguração dos novos estabelecimentos, a definição do estatuto dos professores, o apetrechamento das diversas unidades de ensino, a fundação do curso médico, do matemático e do filosófico, entre outros), não deixa de ser irónico que se debilite a discussão científica e filosófica com as limitações apresentadas¹⁵.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A receção de Aristóteles e a sua influência na reestruturação dos estudos, em complemento ao discurso antijesuítico de Pombal, é, com efeito, mais complexa e intrincada, tendo como base todo um contexto cultural e político próprio. Se analisarmos os Estatutos de

1772, tendo como complemento essencial o *Compêndio Histórico*, verificamos que a figura de Aristóteles e, sobretudo, o seu legado filosófico de pendor escolástico pontuam frequentemente estes testemunhos, sempre conotados com um tom depreciativo. Excedendo a discussão científica e filosófica que se fazia no palco intelectual, os textos normativos e políticos do reinado de D. José repudiam radicalmente os contributos aristotélico-escolásticos das diversas áreas do saber, não só nos domínios como os da lógica, da metafísica ou da física, mas também da ética, sobretudo na relação com a moral cristã. A associação dos Jesuítas à disseminação da obra do Estagirita colocou este último numa posição simbólica de autoridade filosófica do edifício pedagógico dos Inacianos. Ainda que seja o legado escolástico o mais afetado por esta retórica negativa, a verdade é que a própria figura de Aristóteles não deixa de ser alvo de ataques frontais, como o comprova todo o *Apêndice* publicado com o *Compêndio Histórico do Estado da Universidade de Coimbra*, que toma o autor grego como uma espécie de corruptor dos mais jovens, através da divulgação de uma moral perversa, que teria como finalidade a corrupção generalizada dos costumes e, com ela, a derrocada das sociedades coesas e harmónicas. Neste sentido, em contraste evidente com os chamados Estatutos Velhos que vem substituir, a leitura dos novos Estatutos de 1771 testemunha esta atitude de repúdio em relação à tradição aristotélica, cuja ausência naquele texto é tanto ou mais expressiva quanto a sua parca (e pejorativa) nomeação.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Ana Cristina. **O Marquês de Pombal e a Universidade**, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2014
- CARVALHO, Rómulo de. **A História do Ensino em Portugal: Desde a Fundação da Nacionalidade até ao Fim do Regime de Salazar-Caetano**, 2.ª ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1996.
- CLEMENTE XIV, **Cum Summi Apostolatus**. 12 de dezembro de 1769. Disponível em: <http://www.vatican.va/content/clemens-xiv/it/documents/enciclica-cum-summi-apostolatus-12-dicembre-1769.html>. Acesso em: 15 jan. 2020.
- ESTATUTOS da Universidade de Coimbra, Confirmados por El Rey Nosso Snôr Dom João, o 4.º em o Anno de 1653**. Coimbra: na Officina de Thome Carvalho Impressor da Universidade, 1654.
- FRANCO, José Eduardo. **O Mito dos Jesuítas em Portugal, no Brasil e no Oriente (Séculos XVI a XX)**, 2 vols. Prefácio de Bernard Vincent. Lisboa: Gradiva, 2006-2007.
- GOMES, Joaquim Ferreira. **O Marquês de Pombal e as Reformas do Ensino**, 2.ª ed. Lisboa: INIC, 1989.
- INSTRUCÇOENS para os Professores de Grammatica Latina, Grega, Hebraica, e de Rhetorica, Ordenadas, e Mandadas Publicar por El Rey Nosso Senhor, para Uso das Escolas novamente Fundadas nestes Reinos, e seus Dominios**. Lisboa: Na Officina do Eminentissimo Senhor Cardeal Patriarca, 1759.
- JUNTA DE PROVIDÊNCIA LITERÁRIA, *Compendio Historico do Estado da Universidade de Coimbra no Tempo da Invasão dos Denominados Jesuítas e dos Estragos Feitos nas Sciencias e nos Professores, e Directores Que a Regiam pelas Maquinações, e Publicações dos Novos Estatutos por eles Fabricados*. Lisboa: na Regia Officina Typographica, 1771. Edição atualizada de FRANCO, José Eduardo, PEREIRA, Sara Marques (coords.). **Compêndio Histórico da Universidade de Coimbra**. Porto: Campo das Letras, 2008.
- JUNTA DE PROVIDÊNCIA LITERÁRIA, **Estatutos da Universidade de Coimbra Compilados debaixo da Immediata e Suprema Inspeção de El Rei D. José I. Nosso Senhor**, 3 livros. Lisboa: Na Regia Officina Typografica, 1772.
- “Ley, e instrucçoens para os estudos, e prohibição dos livros dos Padres da Companhia”, In: **Colleção das Leys, Decretos, e Alvarás, Que Comprehende o Feliz Reinado Delrey Fidelissimo D. Jozé I. Nosso Senhor, desde o Anno de 1750. até o Fim de Maio de 1761., e a Pragmatica do Senhor Rey D. Joaõ V. do Anno de 1749**. Lisboa: Na Oficina de Antonio Rodrigues Galhardo, Impressor da Real Meza Censoria, 1771.
- MACEDO, Jorge Borges de. **O Marquês de Pombal (1699-1782)**. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1982.
- NÓVOA, António. **Le Temps des Professeurs: Analyse Socio-historique de la Profession Enseignante au Portugal (XVII^e-XX^e siècle)**, 2 vols. Lisboa: INIC, 1987.
- PRATA, Manuel Alberto Carvalho, *A universidade e a sociedade portuguesa na 2.ª metade do século XVIII*. In: ARAÚJO, Ana Cristina (coord.). **O Marquês de Pombal e a Universidade**. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2014.
- RODRIGUES, Manuel Augusto, “A reforma da Faculdade de Teologia segundo o Compêndio Histórico do Estado da Universidade”. In: **Revista de História das Ideias**, vol. 29. Coimbra: 2008, pp. 195-218.
- VANDELLI, Domingos. **Memórias de História Natural**. Introdução e Coordenação Editorial de José Luís Cardoso. Porto: Porto Editora, 2003.

NOTAS

- 1 O presente artigo decorre da investigação da tese de doutoramento da autora, defendida na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa em 2019
- 2 Como defende Manuel Alberto Carvalho Prata, “é utópico, portanto, acreditar na independência da educação e da instrução, numa palavra, da Escola, num qualquer país. Daí que, de entre todas as instituições, sejam as escolares aquelas que melhor e de maneira mais marcante reflectem a correlação entre sociologia e ideologia cultural e política, a tal ponto que são elas o espelho e o reflexo vivo da sociedade em que estão inseridas” (Prata, 2014, p. 321).
- 3 A Direção Geral dos Estudos foi posteriormente abolida e transferidas todas as funções administrativas para a Real Mesa Censória, por lei de 4 de junho de 1771. A autonomia que poderia ainda existir na administração das escolas é completamente elidida com esta medida, tornando-se evidente o papel fiscalizador do Estado nos órgãos de ensino e no controlo do conhecimento que se pretendia lecionar.
- 4 “E por quanto as discordias provenientes da contrariedade de opiniões, que muitas vezes se excitão entre os Professores, só servem de distrahillos das suas verdadeiras obrigações; e de produzirem na Mocidade o espirito de orgulho, e discordia; terá o Director todo o cuidado em extirpar as controversias, e de fazer que entre elles haja huma perfeita paz, e huma constante uniformidade de Doutrina; de sorte que todos conspirem para o progresso da sua profissão, e aproveitamento dos seus Discipulos.” Idem, *ibidem*, p. 4 da lei.
- 5 Nas palavras de José Eduardo Franco: “Numa política que pretendia cumprir o vector programático fundamental de consolidar o poder absoluto do Estado, nada mais lógico do que ordenar um ensino que formasse vassalos domesticados, isto é, obedientes, em que o espirito crítico em relação ao que estava ordenado era de tal modo desvalorizado ao ponto de ser considerado crime. Neste quadro, a lei revoga a tradição das disputas características das escolas da Companhia, como forma ideologicamente orientada de esvaziar ao máximo o potencial crítico dos súbditos em relação à ordem de saber que se queria dogmaticamente instituir.” (Franco, 2008, p. 26).
- 6 Cf. *Instruções para os Professores de Grammatica Latina, Grega, Hebraica, e de Rhetorica, Ordenadas, e Mandadas Publicar por El Rey Nosso Senhor, para Uso das Escolas novamente Fundadas nestes Reinos, e seus Dominios*, Lisboa, Na Oficina do Eminentissimo Senhor Cardeal Patriarca, 1759, pp. 14-15.
- 7 Junta de Providência Literária, *Compendio Historico do Estado da Universidade de Coimbra no Tempo da Invasão dos Denominados Jesuítas e dos Estragos Feitos nas Sciencias e nos Professores, e Directores Que a Regiam pelas Maquinações, e Publicações dos Novos Estatutos por eles Fabricados*, Lisboa, na Regia Officina Typographica, 1771. Para efeitos de citação, usaremos a edição coordenada por José Eduardo Franco e Sara Marques Pereira (Porto, Campo das Letras, 2008).
- 8 Lê-se claramente na carta de lei de 23 de dezembro de 1770 que a nossa universidade era “tão admirada na Europa até ao ano de mil quinhentos e cinquenta e cinco, no qual os denominados Jesuítas, depois de haverem arruinado os Estudos Menores com a ocupação do Real Colégio das Artes, em que toda a Primeira Nobreza de Portugal recebia a mais útil e louvável educação, passaram a destruir também sucessivamente os outros Estudos Maiores, com o mau fim, hoje a todos manifesto, de precipitarem os meus Reinos e vassalos deles nas trevas da ignorância” (Junta de Providência Literária, 2008, p. 95).
- 9 José Eduardo Franco, na sua introdução ao *Compendio*, caracteriza o seu campo semântico alertando para os dois conceitos-chaves – Jesuítas e Europa – que estruturam toda a retórica de contraste que se vai construindo: “Duas palavras-chave e os dois imaginários que elas encerram estão omnipresentes no discurso pombalino, quer seja de carácter legislativo, historiográfico, tratadístico ou panfletário: *Jesuítas e Europa*. Jesuítas e jesuitismo encerram um conceito/visão de carga negativa, pessimista. Representam todo um passado cultural, educativo, mental que urgia repudiar e abolir. O termo Europa situa-se conceptualmente no pólo oposto. Expressa uma visão de carga altamente positiva, um conceito luminoso de dimensão utópica, encerra, no fundo, um ideal, um modelo a seguir, uma utopia de aproximação e de imitação. A estas palavras-chave associam-se outros termos subsidiários, termos afins caracterizadores do que a palavra-chave pretende conceptualmente englobar. Jesuítas ou jesuitismo na propaganda pombalina de reforma e combate significam obscurantismo, ostracismo, trevas, ignorância, infantilismo, imobilismo, mau gosto, decadência, degenerescência, ruína. À segunda palavra-chave, Europa, associam-se, no campo semântico que ela delimita, conceitos subsidiários que incorporaram uma ideologia de acção e que são expressões por excelência do Iluminismo: progresso, luzes, razão, bom gosto, inteligência, felicidade, conhecimento, ordem, clareza e abertura de espírito, liberdade, universalidade.” (Junta de Providência Literária, 2008, p. 17).
- 10 Os Estatutos de 1598 correspondem à primeira grande renovação posterior à instalação definitiva da Universidade de Coimbra, em 1537, por D. João III. Os Estatutos de 1598, também apelidados de Estatutos Filipinos (qualificação que apenas agrava o epíteto de jesuítas que encontramos nos textos pombalinos), foram revistos por Filipe II em 1612 e confirmados em 1653 por D. João IV (note-se o pormenor de os Estatutos Velhos serem regularmente referidos pelos autores do Compendio como sendo de 1598, relevando sempre o período filipino, mesmo que a última versão em vigor tenha sido já confirmada por D. João IV). Depois da aprovação dos Estatutos Novos, em 1772, os então chamados Estatutos Velhos foram definitivamente revogados. A título ilustrativo, e ainda que não procuremos levar a cabo uma comparação entre os dois últimos Estatutos, não deixa de ser pertinente referir, e.g., que um estudante de Teologia, antes de ser admitido, tinha de frequentar o curso de Artes (eliminado com a aprovação dos Estatutos de 1772). Ora, se tivermos em conta o que um estudante de Artes tinha de saber, percebemos melhor o contraste no que a Aristóteles diz respeito. Lê-se nos Estatutos Velhos, sobre as cadeiras do curso de Artes: “No primeiro anno se lerá Logica. Introdução, Predicaues de Porphyrio, Predicamentos, & Perihermenias de Aristoteles: no segundo anno Priorios, o que for necessario, Posteriores, Topicos, Elenchos, & seis liuros dos Physicos de Aristoteles. No terceiro anno, dous dos Physicos q ficão, os De Coelo, a Metaphyfica, Metauros, & Paruos naturaes de Aristoteles. No quarto os de Generatione, & os de Anima, & das Ethicas, o que for mais necessario, não se trattando ex professo da doutrina da Primeira, & Segunda de S. Thomas. E porem pera as dittas Ethicas, poderá o Mestre escolher o ditto tempo, ou o fim do segundo anno.
2. Em todos estes annos leraõ sempre os Mestres o texto de Aristoteles, dando as glosas que lhe parecer.” (Estatutos da Universidade de Coimbra, 1654, p. 235).
- 11 Os estragos anteriores redundam no desprezo (“doloso silêncio”, nas palavras dos autores) por textos ou matérias essenciais para o estudo da teologia, como são as Sagradas Escrituras, a tradição eclesiástica, os concílios, os Santos Padres e a História, sobretudo a eclesiástica (cf. Junta de Providência Literária, 2008, pp. 177-193); veja-se também o artigo de Manuel Augusto Rodrigues (2008, pp. 195-218).

12 Sobre as reformas na universidade, leiam-se os estudos reunidos por Ana Cristina Araújo (2014), que tratam desde a questão pedagógica e acadêmica ao ideário político das reformas na Universidade. Veja-se ainda os contributos essenciais de Rómulo de Carvalho (1996), Joaquim Ferreira Gomes (1989) e António Nóvoa (1987).

13 A 12 de dezembro de 1769, Clemente XIV publica a encíclica *Cum Summi Apostolatus*, onde apela aos pastores da Igreja para que procedam à boa condução dos fiéis, protegendo e mantendo a instituição. Além de frisar a importância das Sagradas Escrituras para a boa condução dos ofícios e para o estudo da teologia, Clemente XIV apela mesmo a que os sacerdotes não deixem de considerar o poder do rei como autoridade indigitada por Deus e garante não só do desígnio divino, mas também da harmonia social: “Tenuto conto che questa parte delle divine prescrizioni è strettamente collegata alla tranquillità dei popoli non meno che alla salute delle anime, Vi esortiamo, Venerabili Fratelli, a porre tutta la Vostra cura nell’inspirare ai popoli – dopo tutto quello dovuto a Dio ed alle sante costituzioni della Chiesa – il legittimo rispetto e l’obbedienza che devono ai re. Questi infatti sono stati posti da Dio in un posto eminente per difendere l’ordine pubblico e contenere i sudditi nei limiti dei loro diritti. Essi sono i ministri di Dio a fin di bene, ed è per questo che portano la spada, vendicatori severi contro chi opera il male. Essi, inoltre, sono i figli amatissimi e i difensori della Chiesa, che debbono amare come loro madre, difendendone la causa e i diritti.

2 Abbiat dunque cura di far comprendere questo divino precetto a coloro che Voi dovete istruire nella legge di Cristo. Che essi apprendano sin dalla loro infanzia che il rispetto dovuto ai re deve essere fedelmente mantenido; che essi debbono ubbidire all’autorità e sottomettersi alla legge non solo per timore, ma anche per senso del dovere. Inspirando nei cuori dei popoli non soltanto l’obbedienza ai loro re, ma anche il rispetto e l’amore verso di loro, Voi opererete a favore di due cose che non possono essere disgiunte: la pace dei cittadini ed il bene della Chiesa.

3 Voi svolgerete ancora più compiutamente la vostra missione se alle preghiere quotidiane per i popoli aggiungerete preghiere particolari per i re, affinché siano sani, dirigano i loro sudditi nellequità, nella giustizia e nella pace; affinché riconoscano que Dio comanda al di sopra dei loro troni, e piamente e santamente difendano e propaghino la sua causa. Operando in siffatto modo, Voi soddisferete non soltanto alle Vostre funzioni episcopali, ma anche a vantaggio di tutti. Che cosa, infatti, c’è di più giusto e di più conveniente che da parte di coloro que sono preposti alla custodia delle cose sante, nella loro qualità d’interpreti e di ministri, siano offerti a Dio i voti di tutti, pregandolo di sostenere chi tutela la tranquillità di tutti i cittadini?” (Clemente XIV, 1769).

4 O testemunho onde se insere esta citação fazia parte de uma introdução a um *Dicionário de História Natural* que não chegou a ser publicado. O organizador desta coletânea de escritos de Vandelli assume que o texto pode ter sido escrito ou encomendado por Vandelli, mas ilustra o ideário do autor e, no nosso caso, reflete bem como o Aristóteles da *História dos Animais* continuava a ser apreciado.

15 Como refere José Esteves Pereira no seu prefácio à nova edição da obra e tomando como exemplo o caso do *Compêndio Histórico*, ele é “um documento que indicia o trânsito de um modelo que se refuta para, de facto, instaurar um condicionalismo férreo do saber no quadro do regalismo de princípio e de prática. [...] Nem o cartesianismo eclético de Azevedo Fortes, nem a significativa influência de Locke em Luís António Verney, nem o magistério oratoriano exemplarmente publicitado através da *Philosophia Aristotelica Restituta*, do

Padre João Baptista, nem a expressão convivial cristã do saber ilustrado, devida ao Padre Teodoro de Almeida, serão abertamente acolhidos, quer pelo reformismo pombalino, quer pela sua continuação, em tempos de D. Maria I e do Príncipe Regente, futuro D. João VI” (Junta de Providência Literária, 2008, p. 11).

A AUTORA

Paula Carreira. Licenciada e mestre em Estudos Clássicos, doutorou-se em filosofia pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, com a tese “O mentor remoto da crise de Portugal: A receção de Aristóteles no século XVIII”. É investigadora do Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas e Europeias da mesma faculdade, onde participa em vários projetos em curso, nomeadamente a edição da *Obra Completa do Marquês de Pombal*. paulacarreira@campus.ul.pt